

Receios infundados

Raul Pilla

(Para os Diários Associados)

23.4.46

Contra a implantação do regime parlamentar na situação atual, do Brasil têm-se esboçado certos temores, que finalmente vieram a lume pela palavra autorizada do ilustre e provado democrata que é o sr. Odilon Braga. "No Brasil, — diz ele em entrevista concedida a O JORNAL — o parlamentarismo produziria males imensos e imprevisíveis, sobretudo quando as massas urbanas se acham fermentadas pelo quererismo e pelo comunismo. Facilitaria, talvez, a volta imediata do sr. Getúlio Vargas ao poder, como primeiro ministro e, por conseguinte, o perigo da implantação da ditadura quememista-comunista, infinitamente mais violenta do que a deposta a 29 de outubro."

Este argumento tem o vício de provar de mais. Depõe, não contra o sistema parlamentar, mas contra a própria democracia. Qual é, com efeito, o princípio fundamental desta. Que o governo compete à maioria. Se comunistas e quememistas são a maioria ou poderão vir a sê-lo, a eles cabe, ou caberá de pleno direito o governo. Contestá-lo, seria começar por destruir o regime democrático nos seus fundamentos, a pretexto de o defender. Governem, pois, enquanto forem maioria, mas entreguem o governo, quando deixarem de o ser. Não se pode honestamente conceder mais, nem exigir menos, se é realmente democracia o que se quer praticar.

O segundo vício do argumento do ilustre sr. Odilon Braga é que, se prevalecesse, nos teríamos deixado influenciar por circunstâncias secundárias, transitórias e ocasionais, ao elaborar um diploma fundamental e permanente, como é uma constituição política. O quememismo é uma furunculose do organismo nacional. Passará, certamente; já teria passado, se lhe houvessem aplicado a terapêutica adequada. Não podemos, pois, condicionar-lhe toda a vida do Brasil nestes anos próximos. Não podemos dizer, que o sistema parlamentar seria muito bom e deveria adotar-se, se não houvesse o quememismo, porque seria conceder a este estranho, mas explicável fenômeno, uma primazia que ele não tem, nem podera ter.

Desçamos, porém, das considerações gerais à apreciação mais próxima e realística do caso. Concedamos que comunismo e quememismo, co-

ligados, possam dominar o atual parlamento. Quais seriam as consequências desta situação melindrosa para a democracia, nas hipóteses, respectivamente, do regime presidencial e do regime parlamentar?

Na primeira hipótese; o sr. presidente da República não conseguiria governar, pois teria pela frente um Congresso hostil, a negar-lhe todos os meios de governo. Podem imaginar-se os desastrosos efeitos desta política, na delicada fase de reconstrução em que se encontram o Brasil e o mundo? Tal situação não se poderia prolongar indefinidamente. Ter-se-ia de sair dela, por uma destas tres portas: ou o presidente da República conseguiria corromper um suficiente numero de deputados para obter a maioria; ou resolveria extra-legalmente o problema, afim de libertar-se da maioria adversa; ou, finalmente, a maioria parlamentar, consentida da sua força e do seu direito, apelaria para a revolução. Em suma, corrupção, golpe de Estado, revolução, seriam, no regime presidencial, as únicas saídas possíveis, na hipótese que estou considerando. Qual delas seria a menos desastrosa?

Na hipótese do regime parlamentar, a maioria comunista-quememista assumiria o governo. Era o seu direito, desde que maioria, e nenhum democrata sincero se deveria opor a isto. Não agradaria, é certo, a muita gente. Não agradaria, talvez, ao sr. presidente da República, não agradaria, evidente, aos partidos democráticos. Mas não acarretaria nenhuma catástrofe, pelo menos nenhum mal irremediável, enquanto se observassem as regras do jogo, isto é, enquanto se mantivesse o sistema parlamentar.

Com efeito, este governo estaria sujeito a duas constantes e salutaras influencias: a do presidente da República e a da oposição parlamentar.

(Continua na 2.ª pág.)

O PROBLEMA ARGELIANO

Pertinax

(Copyright dos Diários Associados)

PARIS, via rádio — O triunfo alcançado pelo chamado "Partido Manifesto" em Argel criou um problema que faz empalidecer todas as demais questões políticas que a França enfrenta atualmente. Estão em jogo os fundamentos das estruturas territorial e política sobre os quais pode ainda a França desenvolver as funções correspondentes a uma grande potencia.

Referindo-se a Trípoli, disse recentemente Georges Bidault a Bewin.

— Faça o favor de não esquecer